



PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA - BA

CNPJ 13.810.833/0001-60

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO nº 011/2024
COM BASE NA da Lei 14.133/2021

O Município de Ruy Barbosa, em conformidade com a Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar a **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS DIVERSAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE RUY BARBOSA**, podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços no prazo de 8 (oito) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa. **Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 19/05/2024 às 18:00h.** A proposta de Preços deverá ser cadastrada no site <https://bnc.org.br/> até a data limite. O Edital/Termo de Referência do Pregão Eletrônico estará disponível no Site Oficial do Município www.ruybarbosa.ba.gov.br, Outras informações: telefone: (75) 3252 1053. Ruy Barbosa - Bahia, 07 de maio de 2024. Luiz Claudio Miranda Pires – Prefeito.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA - BA
CNPJ 13.810.833/0001-60

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2024.
(Processo Administrativo nº 194/2024)

Torna-se público que o (a) Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa, por meio de Luiz Claudio Miranda Pires, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **pregão**, na forma **eletrônica**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 005/2024, de 05 de janeiro de 2024, e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2024

Data da sessão pública: 20/05/2024.

Horário da sessão pública: de 09:00.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS DIVERSAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE RUY BARBOSA

Critério de julgamento: menor preço.

Modo de disputa: aberto e fechado.

Preferência ME/EPP/EQUIPARADAS: não.

Link: <https://bnc.org.br/>

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS DIVERSAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE RUY BARBOSA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens/lote, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens/lotos forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados sistema de Licitações, no endereço eletrônico <https://bnc.org.br/>



3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Para os itens **XXX, XXX, XXX**, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

3.7.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.6. Agente público do órgão ou entidade licitante;



3.7.7. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio

3.7.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) atuando nessa condição;

3.7.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.2. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10. A vedação de que trata o item 3.7.6. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.12.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta



vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze), na condição de menor aprendiz, nos termos do inciso XXXII do art. 7º da Constituição Federal;

4.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.



4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DA GARANTIA DA PROPOSTA

5.1. Será exigido o recolhimento de 1% (um por cento) do estimado da contratação a título de garantia de proposta.

5.2. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

5.3. A garantia de proposta poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

5.3.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;



5.3.2. Seguro-garantia;

5.3.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item ou lote;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 dias a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;



6.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.8.

6.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do inciso IX do art. 71 da Constituição Federal, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item o.u lote sendo o caso

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 2,00** (*dois reais*).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.4. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de **MENOR PREÇO** e os das propostas até 10% (dez por cento)



superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as 3 (três) melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial.



7.20.1. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.3. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



7.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2.2. Empresas brasileiras;

7.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.22.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

7.22.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.22.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.22.6. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 24 (*vinte e quatro horas*), envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.22.7. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.



8.2. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste Edital.

8.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.5.1. Contiver vícios insanáveis;

8.5.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.8. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, caso necessário, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema ou outro canal de comunicação pertinente.

8.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito



de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **20% (vinte por cento)** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por *qualquer outro meio expressamente admitido pela administração*.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante **apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma do inciso I do art. 63 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.10.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema ou outro meio informado pela administração, em formato digital, no prazo de 24 (*vinte e quatro*) (*no mínimo, duas horas*), prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.10.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

9.11. A verificação da exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.



9.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência (art. 64 da Lei nº 14.133), para:

9.12.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.12.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.

9.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 72 (setenta e duas) horas, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

10.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

10.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.



10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas em lei.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:



11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

12.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://bnc.org.br/>.



13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do Edital.

13.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

13.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

13.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

13.1.5. Fraudar a licitação;

13.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

13.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. Advertência;

13.2.2. Multa;

13.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:



- 13.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 13.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 13.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 13.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.4. A multa será recolhida em percentual de **0,5%** a **30%** incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **08** dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 13.4.1. Para as infrações previstas dos itens 13.1.1 a 13.1.3, a multa será de **0,5%** a **15%** do valor do contrato licitado.
 - 13.4.2. Para as infrações previstas dos itens 13.1.4 a 13.1.8, a multa será de **15%** a **30%** do valor do contrato licitado.
- 13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas dos itens 13.1.1 a 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas dos itens 13.1.4 a 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas dos itens 13.1.1 a 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no §5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o



adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação do art. 164 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licitacao@ruybarbosa.ba.gov.br

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação (§2º do art. 16 da IN Seges/ME nº 73, de 2022).

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.



15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico <https://bnc.org.br/>.

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços

Ruy Barbosa, 29 de abril de 2024

Assinatura da autoridade competente



PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA - BA
CNPJ 13.810.833/0001-60

ANEXO I – Termo de Referência

PROPOSTA LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	Vlr Unit	V.TOTAL
1.	ADAPTADOR, EM PVC, SOLDÁVEL, COM ANEL DE BORRACHA E FLANGE, DIÂMETRO NOMINAL 20 MM, PARA CAIXA D'AGUA.	50	UND	R\$ 5,61	R\$ 280,50
2.	ADAPTADOR, EM PVC, SOLDÁVEL, COM ANEL DE BORRACHA E FLANGE, DIÂMETRO NOMINAL 25 MM, PARA CAIXA D'AGUA.	50	UND	R\$ 5,78	R\$ 289,00
3.	ADAPTADOR, EM PVC, SOLDÁVEL, COM ANEL DE BORRACHA E FLANGE, DIÂMETRO NOMINAL 40MM, PARA CAIXA D'AGUA.	10	UND	R\$ 11,90	R\$ 119,00
4.	ADAPTADOR, EM PVC, SOLDÁVEL, COM ANEL DE BORRACHA E FLANGE, DIÂMETRO NOMINAL 50 MM, PARA CAIXA D'AGUA.	50	UND	R\$ 12,24	R\$ 612,00
5.	COLA ADESIVA PLÁSTICA, EMBALAGEM FRASCO C/175 G	100	UND	R\$ 12,77	R\$ 1.276,70
6.	COLA ADESIVA PLÁSTICA, EMBALAGEM FRASCO C/75 G	100	UND	R\$ 5,24	R\$ 523,60
7.	COLA ADESIVA PLÁSTICA, EMBALAGEM FRASCO C/17G	20	UND	R\$ 2,33	R\$ 46,58
8.	COLA ADESIVA PLÁSTICA, EMBALAGEM FRASCO C/850G	100	UND	R\$ 51,29	R\$ 5.128,90
9.	ASSENTO SANITÁRIO, EM MATERIAL PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, ALMOFADADO, TAMANHO PADRÃO, NA CORES VARIADAS, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE, DE ACORDO COM A NBR VIGENTES.	400	UND	R\$ 71,40	R\$ 28.560,00
10.	ASSENTO SANITÁRIO, EM MATERIAL PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, TAMANHO PADRÃO, NA CORES VARIADAS, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE, DE ACORDO COM A NBR VIGENTES.	100	UND	R\$ 32,67	R\$ 3.267,40
11.	BOIA CAIXA D'AGUA ¾ POLEGADA	25	UND	R\$ 10,46	R\$ 261,38
12.	BOIA PARA CAIXA D'ÁGUA DE ½ POLEGADA	10	UND	R\$ 10,46	R\$ 104,55
13.	CAIXA PARA ÁGUA, POLIETILENO, CAPACIDADE 5000 L	10	UND	R\$ 3.663,50	R\$ 36.635,00
14.	CAIXA PARA ÁGUA, POLIETILENO, CAPACIDADE 500 L	15	UND	R\$ 289,00	R\$ 4.335,00
15.	CAIXA PARA ÁGUA, POLIETILENO, REDONDO, COM TAMPA, 10.000 L, ALTA RESISTÊNCIA	10	UND	R\$ 8,67	R\$ 86,70
16.	CAIXA PARA ÁGUA, POLIETILENO, CAPACIDADE 1000 L	30	UND	R\$ 467,50	R\$ 14.025,00
17.	BACIA SANITÁRIACOM CAIXA, DE DESCARGA, ACOPLADA, NA COR PRETA COM O2 ACIONAMENTO	5	UND	R\$ 680,00	R\$ 3.400,00
18.	CAP USO REDE HIDRÁULICA, EM PVC, 100 MM, PARA ESGOTO.	50	UND	R\$ 4,25	R\$ 212,50
19.	CAP USO REDE HIDRÁULICA, EM PVC, 150 MM, PARA ESGOTO.	40	UND	R\$ 49,30	R\$ 1.972,00
20.	CAP USO REDE HIDRÁULICA, 20 MM, EM PVC, SOLDÁVEL.	50	UND	R\$ 0,68	R\$ 34,00
21.	CAP USO REDE HIDRÁULICA, EM PVC, 40 MM, PARA ESGOTO.	30	UND	R\$ 1,19	R\$ 35,70
22.	CHUVEIRO, EM PLÁSTICO, COM TUBO COM BITOLA DE 1/2 POLEGADA.	20	UND	R\$ 18,70	R\$ 374,00
23.	COLA BRANCA, PARA MADEIRA 500 GR	30	UND	R\$ 15,03	R\$ 450,84
24.	COLA BRANCA , PARA MADEIRA 1 KG	30	UND	R\$ 21,88	R\$ 656,37
25.	COLA MASSADUREPOX 100 GR	50	UND	R\$ 12,19	R\$ 609,45
26.	COLA MASSA PLÁSTICA EMBALAGEM DE 01 KG	30	UND	R\$ 26,57	R\$ 797,13
27.	COLUNA, PARA PIA, NA COR BRANCA, CERÂMICA	50	UND	R\$ 110,50	R\$ 5.525,00
28.	CURVA DE 20MM SOLDÁVEL, EM PVC, 90 GRAUS	400	UND	R\$ 2,04	R\$ 816,00
29.	CURVA DE 25MM SOLDÁVEL, EM PVC, 90 GRAUS	400	UND	R\$ 2,21	R\$ 884,00
30.	CURVA DE 50MM SOLDÁVEL, EM PVC, 90 GRAUS	100	UND	R\$ 10,03	R\$ 1.003,00
31.	CURVA DE 100 MM ESGOTO, EM PVC,CURTA	10	UND	R\$ 19,55	R\$ 195,50



PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA - BA

CNPJ 13.810.833/0001-60

32.	ENGATE FLEXÍVEL 50 CMX1/2	200	UND	R\$ 5,58	R\$ 1.115,20
33.	ENGATE, PVC, FLEXÍVEL, COMPLETO, 60X1/2	50	UND	R\$ 8,43	R\$ 421,60
34.	ENGATE, PVC, FLEXÍVEL, COMPLETO, 40X1/2	50	UND	R\$ 5,53	R\$ 276,25
35.	ESPUDE, PARA VASO SANITÁRIO, EM PVC, 1 1/2X40	50	UND	R\$ 3,30	R\$ 164,90
36.	FITAVEDA ROSCA 12MMX10 M	200	UND	R\$ 1,50	R\$ 299,20
37.	FITAVEDA ROSCA 18MMX25 M	100	UND	R\$ 4,35	R\$ 435,20
38.	JOELHO P/REDE DE ESGOTO DIMENSÕES 90 100 MM	100	UND	R\$ 4,42	R\$ 442,00
39.	JOELHO C/ROSCA, MARROM 20X1/2	10	UND	R\$ 1,70	R\$ 17,00
40.	JOELHO C/ROSCA, MARROM 25X1/2	10	UND	R\$ 2,21	R\$ 22,10
41.	JOELHO C/ROSCA, MARROM 25X3/4	10	UND	R\$ 2,38	R\$ 23,80
42.	JOELHO PARA REDE DE ESGOTO 45 40 MM	10	UND	R\$ 1,19	R\$ 11,90
43.	JOELHO PARA REDE DE ESGOTO 45 50 MM	10	UND	R\$ 2,13	R\$ 21,25
44.	JOELHO PARA REDE DE ESGOTO, 45 GRAUS 100MM	150	UND	R\$ 4,42	R\$ 663,00
45.	JOELHO, P/REDE DE HIDRÁULICA 90 GRAUS SOLDÁVEL DIMENSÕES 50 MM	100	UND	R\$ 3,06	R\$ 306,00
46.	JOELHO, USO REDE HIDRÁULICA, 90 GRAUS, PVC, DIM. 20 MM, EXTREMIDADE SOLDÁVEL.	400	UND	R\$ 0,34	R\$ 136,00
47.	JOELHO, USO REDE HIDRÁULICA, 90 GRAUS, PVC, DIM. 25 MM, EXTREMIDADE SOLDÁVEL.	400	UND	R\$ 0,51	R\$ 204,00
48.	JOELHO, USO REDE HIDRÁULICA, 90 GRAUS, PVC, DIM. 50 MM, PARA ESGOTO.	30	UND	R\$ 1,79	R\$ 53,55
49.	LUVA LR SOLDÁVEL 20X1/2 MARROM	30	UND	R\$ 1,70	R\$ 51,00
50.	LUVA P/ESGOTO 100 MM	30	UND	R\$ 3,06	R\$ 91,80
51.	LUVA P/ESGOTO 50 MM	30	UND	R\$ 1,70	R\$ 51,00
52.	LUVA SOLDÁVEL DE 25 MM	100	UND	R\$ 0,43	R\$ 42,50
53.	LUVA SOLDÁVEL DE 50 MM	80	UND	R\$ 2,47	R\$ 197,20
54.	LUVA SOLDÁVEL DE 20 MM	100	UND	R\$ 0,34	R\$ 34,00
55.	LUVA SOLDÁVEL DE 25 MM X 20 MM	80	UND	R\$ 0,94	R\$ 74,80
56.	MANGUEIRA CRISTAL, 3/4X1,5MM	200	MTS	R\$ 5,25	R\$ 1.050,60
57.	MANGUEIRA CRISTAL, 1/2X1,5MM	200	MTS	R\$ 3,71	R\$ 741,20
58.	PIA INOX, COM DUAS CUBAS 180 M	10	UND	R\$ 831,30	R\$ 8.313,00
59.	PIA, EM AÇO INOX, COM UMA CUBA, 1,00X50	10	UND	R\$ 265,20	R\$ 2.652,00
60.	PIA, EM AÇO INOX, COM UMA CUBA, 1,20X50	10	UND	R\$ 304,30	R\$ 3.043,00
61.	PIA, EM AÇO INOX, COM UMA CUBA, 1,50X50	10	UND	R\$ 418,20	R\$ 4.182,00
62.	PIA, MATERIAL SINTÉTICO, COM UMA CUBA, DIMENSÕES 1,00X50CM.	10	UND	R\$ 147,05	R\$ 1.470,50
63.	PLUG, PVC, ROSCA, USO HIDRÁULICO, ½	50	UND	R\$ 0,43	R\$ 21,25
64.	PLUG, PVC, ROSCA, USO HIDRÁULICO, ¾	50	UND	R\$ 0,77	R\$ 38,25
65.	REDUÇÃO DE 50X40 ESGOTO EM PVC	50	UND	R\$ 1,45	R\$ 72,25
66.	REDUÇÃO, PARA ESGOTO 100 MMX50MM	50	UND	R\$ 4,93	R\$ 246,50
67.	REDUÇÃO, PARA ESGOTO 100 MMX75MM	50	UND	R\$ 6,46	R\$ 323,00
68.	REGISTRO DE ESFERA, EM PVC, SOLDÁVEL, 25MM, PARA USO REDE HIDRÁULICA.	50	UND	R\$ 4,85	R\$ 242,25
69.	REGISTRO DE ESFERA, EM PVC, SOLDÁVEL, 40MM, PARA USO REDE HIDRÁULICA.	50	UND	R\$ 15,56	R\$ 777,75
70.	REGISTRO DE ESFERA, EM PVC, SOLDÁVEL, 50MM, PARA USO REDE HIDRÁULICA.	50	UND	R\$ 16,92	R\$ 845,75



PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA - BA

CNPJ 13.810.833/0001-60

71.	REGISTRO DE PRESSÃO, EM METAL, CROMADO, COM CANOPLA, 1/2 POLEGADA	50	UND	R\$ 88,91	R\$ 4.445,50	FOI
72.	REGISTRO DE PRESSÃO, EM METAL, CROMADO, COM CANOPLA, 3/4 POLEGADA	50	UND	R\$ 100,30	R\$ 5.015,00	FOI
73.	SERRA, 12/18	150	UND	R\$ 11,90	R\$ 1.785,00	
74.	SIFAO, SANFONADO, PARA PIA E LAVATÓRIO, EM PVC, UNIVERSAL	400	UND	R\$ 5,61	R\$ 2.244,00	
75.	SIFÃO, TIPO COPO DUPLO, EM PVC, PARA LAVATÓRIO E PIA .	50	UND	R\$ 17,60	R\$ 879,75	
76.	ADAPTADOR TÊ DE 20MM SOLDÁVEL, PVC AZUL	100	UND	R\$ 7,14	R\$ 714,00	
77.	ADAPTADOR TÊ DE 25MM SOLDÁVEL, PVC	100	UND	R\$ 0,77	R\$ 76,50	
78.	ADAPTADOR TÊ DE 50MM SOLDÁVEL, PVC	30	UND	R\$ 5,53	R\$ 165,75	
79.	ADAPTADOR TÊ EM PVC 20X1/2 MM MARROM	30	UND	R\$ 0,51	R\$ 15,30	
80.	ADAPTADOR TÊ EM PVC 25X1/2 MM MARROM	30	UND	R\$ 3,06	R\$ 91,80	
81.	ADAPTADOR TÊ P/ESGOTO 150 MMX100MM	30	UND	R\$ 41,06	R\$ 1.231,65	
82.	ADAPTADOR TÊ PARA ESGOTO 100MMX50MM	40	UND	R\$ 9,27	R\$ 370,60	
83.	ADAPTADOR TÊ, EM PVC, REDE HIDRÁULICA, 40MM, EXTREMIDADE LISA, PARA ESGOTO.	30	UND	R\$ 1,79	R\$ 53,55	
84.	ADAPTADOR TÊ, EM PVC, REDE HIDRÁULICA, 50MM, EXTREMIDADE LISA, PARA ESGOTO.	30	UND	R\$ 3,66	R\$ 109,65	
85.	TORNEIRA DE METAL PARA TANQUE E JARDIM	50	UND	R\$ 56,10	R\$ 2.805,00	FOI
86.	TORNEIRA PARA PIA, METAL BICA MOVEL REFERENCIA C 40	400	UND	R\$ 170,00	R\$ 68.000,00	FOI
87.	TORNEIRA, CURTA, PLÁSTICA, 1/2 POLEGADAS, PARA JARDIM	50	UND	R\$ 3,06	R\$ 153,00	
88.	TORNEIRA, LONGA, PARA PIA, BITOLA DE 1/2 DE POLEGADA, EM PLÁSTICO	50	UND	R\$ 5,36	R\$ 267,75	
89.	TORNEIRA, PARA LAVATÓRIO, ½ PLASTICA BICA MOVEL	200	UND	R\$ 12,33	R\$ 2.465,00	
90.	BUCHA REDUÇÃO SOLD CURTA 25X20	30	UND	R\$ 0,43	R\$ 12,75	
91.	BUCHA REDUÇÃO SOLD LONGA 50X20	30	UND	R\$ 3,66	R\$ 109,65	
92.	BUCHA REDUÇÃO SOLD LONGA 50X25	50	UND	R\$ 2,21	R\$ 110,50	
93.	CARRO DE MÃO REFORÇADO COM PNEU COM CAMARA 65 LITROS	80	UND	R\$ 433,50	R\$ 34.680,00	
94.	TELHA ECOLOGICA 2,00X0,75 M	100	UND	R\$ 119,00	R\$ 11.900,00	CL
95.	TUBO EM PVC, RÍGIDO, SOLDÁVEL, SECÇÃO CIRCULAR, CONFORME A NORMA ABTN E NBR VIGENTES, MARROM, EM BARRAS DE 06 METROS DIÂMETRO NOMINAL DE 50 MM	50	UND	R\$ 56,95	R\$ 2.847,50	
96.	TUBO PARA CAIXA DE DESCARGA 1,60 M	300	UND	R\$ 11,90	R\$ 3.570,00	
97.	TUBO, EM PVC, RÍGIDO, PARA ESGOTO, COR BRANCA, DN 100 MM, COM 6 METROS DE COMPRIMENTO, SERIE NORMAL, FABRICADO CONFORME NORMA ABNT NBR 5688	400	UND	R\$ 68,00	R\$ 27.200,00	
98.	TUBO, EM PVC, RÍGIDO, PARA ESGOTO, COR BRANCA, DN 40 MM, COM 6 METROS DE COMPRIMENTO, SERIE NORMAL, FABRICADO CONFORME NORMA ABNT NBR 5688	400	UND	R\$ 30,26	R\$ 12.104,00	
99.	TUBO, EM PVC, RÍGIDO, PARA ESGOTO, COR BRANCA, DN 50 MM, COM 6 METROS DE COMPRIMENTO, SERIE NORMAL, FABRICADO CONFORME NORMA ABNT NBR 5688	400	UND	R\$ 37,83	R\$ 15.130,00	
100.	TUBO, EM PVC, RÍGIDO, SOLDÁVEL, SECÇÃO CIRCULAR, CONFORME A NORMA ABNT E NBR VIGENTES, MARROM, EM BARRAS DE 06 METROS, ESPESSURA DE PAREDE DE 1,7MM, DIÂMETRO NOMINAL DE 25 MILÍMETROS.	500	UND	R\$ 16,41	R\$ 8.202,50	
101.	TUBO, EM PVC, RÍGIDO, SOLDÁVEL, SECÇÃO CIRCULAR, CONFORME A NORMA ABNT E NBR VIGENTES, MARROM, EM BARRAS DE 06 METROS, DIÂMETRO NOMINAL DE 20 MILÍMETROS.	500	UND	R\$ 12,84	R\$ 6.417,50	



PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA - BA

CNPJ 13.810.833/0001-60

102.	TUBO, PVC, RÍGIDO, PARA ESGOTO, COR BRANCO, DN 150MM, COM 06 METROS DE COMPRIMENTO, SERIE NORMAL, FABRICADO CONF. NORMA ABNT NBR 5688	500	UND	R\$ 168,30	R\$ 84.150,00	
103.	TUBO, PVC, RÍGIDO, PARA ESGOTO, COR BRANCO, DN 200 MM, COM 06 METROS DE COMPRIMENTO, SERIE NORMAL, FABRICADO CONF. NORMA ABNT NBR 5688	200	UND	R\$ 407,24	R\$ 81.447,00	
104.	VALVULA, PARA LAVATÓRIO, LONGA METAL	50	UND	R\$ 9,52	R\$ 476,00	FOI
105.	VALVULA, PARA LAVATÓRIO, LONGA, EM PVC, SEM LADRÃO	100	UND	R\$ 2,98	R\$ 297,50	
106.	VASO SANITÁRIO, SIMPLES EM LOUÇA, NA COR BRANCA.	100	UND	R\$ 340,00	R\$ 34.000,00	
107.	VEDANTE, EM PLÁSTICO, 1/2 POLEGADA, PARA TORNEIRA.	20	UND	R\$ 0,26	R\$ 5,10	
108.	VITRO, EM ALUMÍNIO, VIDROS CANELADOS TRANSPARENTE, MEDINDO 60X40	25	UND	R\$ 81,60	R\$ 2.040,00	
109.	CAIXA SIF QUADRADA 100X100X50	25	UND	R\$ 10,37	R\$ 259,25	
110.	CAIXA SIF QUADRADA 150X150X50	25	UND	R\$ 21,34	R\$ 533,38	
111.	CAIXA SIF REDONDA 100X100X50	25	UND	R\$ 11,90	R\$ 297,50	
112.	RALO SINF QUADRADO	50	UND	R\$ 8,84	R\$ 442,00	
113.	RALO SINF REDONDO	50	UND	R\$ 9,35	R\$ 467,50	
114.	PADRAO COMPLETO DE ENERGIA MONOFASICO	50	UND	R\$ 238,00	R\$ 11.900,00	PAC
115.	CAIXA DESCARGA PLASTICA 9 LTS CORES VARIADAS	300	UND	R\$ 42,50	R\$ 12.750,00	
116.	KIT PARA BANHEIRO EM ACRILICO 5 PEÇAS	30	UND	R\$ 204,00	R\$ 6.120,00	
117.	PARAFUSO PARA VASO SANITARIO E LAVATORIO BUCHA 10	100	UND	R\$ 306,00	R\$ 30.600,00	
118.	LAVATORIOPLASTICO MEDIO CORES VARIADAS	50	UND	R\$ 22,53	R\$ 1.126,25	
119.	MECANISMO COMPLETO PARA CAIXA ACOPLADA DE VASO SANITARIO COM 02 ACIONAMENTOS	50	UND	R\$ 135,66	R\$ 6.783,00	
120.	TANQUE FIBRA DUPLO 1 MX50 CM	15	UND	R\$ 171,70	R\$ 2.575,50	F
121.	MANGUEIRA PARA JARDIM 20 METROS	40	UND	R\$ 60,18	R\$ 2.407,20	
122.	MANGUEIRA PARA JARDIM 50 METROS	40	UND	R\$ 229,50	R\$ 9.180,00	
123.	RESISTÊNCIA PARA CHUVEIRO 4600 W 220V	20	UND	R\$ 27,20	R\$ 544,00	F
124.	JANELA DE ALUMINIO 1X1 M	10	UND	R\$ 312,80	R\$ 3.128,00	
125.	JANELA DE ALUMINIO 1X1,2 M	10	UND	R\$ 402,90	R\$ 4.029,00	
126.	PORTA DE ALUMINIO 70X2,10	10	UND	R\$ 510,00	R\$ 5.100,00	
127.	PORTA DE ALUMINIO 80X2,10	10	UND	R\$ 584,80	R\$ 5.848,00	
128.	ADUELAS OU BATENTES P/ JANELA, MADEIRA MISTA, 1,10X80X13	75	UND	R\$ 102,00	R\$ 7.650,00	
129.	ADUELAS OU BATENTES P/ PORTA, MADEIRA MISTA, 2,10X80X13	100	UND	R\$ 127,50	R\$ 12.750,00	
130.	ALISAGEM, PARA PORTA, MADEIRA DE LEI, JOGO COM 6 PEÇAS, DIMENSÕES LATERAIS COM 2,50 E DIMENSÕES SUPERIORES COM 4,5CM	100	JG	R\$ 85,00	R\$ 8.500,00	
131.	BARROTE EM MADEIRA 6X6 COM 05 METROS	400	UND	R\$ 85,00	R\$ 34.000,00	
132.	COMPENSADO, MADEIRA COPAÍBA, 2,20X1,60X1.0CM	50	FOLHA	R\$ 244,80	R\$ 12.240,00	I
133.	COMPENSADO, MADEIRA COPAÍBA, 2,20X1,60X1.5CM	50	FOLHA	R\$ 328,10	R\$ 16.405,00	I
134.	JANELA, EM MADEIRA, 2 BANDAS, ALMOFADA, 1,10X0,80	30	UND	R\$ 221,00	R\$ 6.630,00	
135.	PEÇA, EM MADEIRA DIMENSÕES 12X6	6000	MTS	R\$ 22,10	R\$ 132.600,00	
136.	PEÇA, EM MADEIRA DIMENSÕES 15X6	6000	MTS	R\$ 37,40	R\$ 224.400,00	
137.	PORTA, MADEIRA MACIÇA, 1 BANDA, COM ALMOFADA, DIMENSÕES 2,10X70CM	20	UND	R\$ 365,50	R\$ 7.310,00	
138.	PORTA, MADEIRA MACIÇA, 1 BANDA, COM ALMOFADA, DIMENSÕES	100	UND	R\$ 365,50	R\$ 36.550,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA - BA

CNPJ 13.810.833/0001-60

	2,10X80CM					
139.	PORTA, MADEIRA EM IMBUIA SEMI OCA LISA, PARA INTERIOR 2,10X70DIMENSÕES	30	UND	R\$ 187,00	R\$ 5.610,00	I
140.	PORTA, MADEIRA, EM IMBUIA, SEMI-OCA, LISA, PARA INTERIOR, 2,10X80	30	UND	R\$ 187,00	R\$ 5.610,00	I
141.	RIPA, EM MADEIRA 5 X 1.3	4000	MTS	R\$ 3,06	R\$ 12.240,00	
142.	RIPÃO, EM MADEIRA AGRESTE, 6X3 CM	6000	MTS	R\$ 5,95	R\$ 35.700,00	
143.	TÁBUA, EM PINHO, DIMENSÕES 30 CM X 3 METROS	300	MTS	R\$ 59,50	R\$ 17.850,00	
144.	TÁBUA, EM MADEIRA AGRESTE, DIMENSÕES 20 CM X 2,5 CM	100	MTS	R\$ 49,30	R\$ 4.930,00	
145.	TÁBUA, EM MADEIRA AGRESTE, DIMENSÕES 30 CM X 3CM	500	MTS	R\$ 37,40	R\$ 18.700,00	
146.	ALICATE UNIVERSAL, 8 POLEGADAS, CABO ISOLADO PARA 1.000 VOLTS. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	10	UND	R\$ 26,52	R\$ 265,20	
147.	ARAME FARPADO, EM AÇO GALVANIZADO, ROLO COM 250M.	30	RL	R\$ 266,90	R\$ 8.007,00	
148.	ARAME FARPADO, EM AÇO GALVANIZADO, ROLO COM 500MT	50	RL	R\$ 457,30	R\$ 22.865,00	
149.	ARAME GALVANIZADO Nº 18, ROLO COM 1KG	100	KG	R\$ 28,73	R\$ 2.873,00	
150.	ARAME, GALVANIZADO Nº 16 ROLO COM 01 KG	100	KG	R\$ 27,03	R\$ 2.703,00	
151.	ARAME RECOZIDO TRANÇADO 18	200	KG	R\$ 18,36	R\$ 3.672,00	
152.	BAINHA PARA FACÃO	5	UND	R\$ 40,29	R\$ 201,45	
153.	BALDE ZINCO, ALTA RESISTÊNCIA, ALÇA EM AÇO ZINCADO, CAPACIDADE 12 LITROS, FUNDO REFORÇADO PARA USO EM CONSTRUÇÃO.	60	UND	R\$ 27,88	R\$ 1.672,80	
154.	BROCA AÇO RÁPIDO 10	20	UND	R\$ 15,13	R\$ 302,60	
155.	BROCA AÇO RÁPIDO 08	20	UND	R\$ 9,18	R\$ 183,60	
156.	BROCA AÇO RÁPIDO 3/8	20	UND	R\$ 13,43	R\$ 268,60	
157.	BROCA AÇO RÁPIDO 5/16	20	UND	R\$ 9,35	R\$ 187,00	
158.	BROCA PARA CONCRETO 6MM	20	UND	R\$ 6,46	R\$ 129,20	
159.	BROCA PARA CONCRETO 8MM	20	UND	R\$ 8,16	R\$ 163,20	
160.	BROCA PARA CONCRETO 10 MM	20	UND	R\$ 11,90	R\$ 238,00	
161.	BUCHA PLÁSTICA S06 PARA FIXAÇÃO DE PARAFUSO	300	UND	R\$ 0,03	R\$ 10,20	
162.	BUCHA PLÁSTICA S08 PARA FIXAÇÃO DE PARAFUSO	300	UND	R\$ 0,05	R\$ 15,30	
163.	BUCHA PLÁSTICA S10 PARA FIXAÇÃO DE PARAFUSO	300	UND	R\$ 0,12	R\$ 35,70	
164.	CABO EM MADEIRA PARA PICARETA	300	UND	R\$ 24,82	R\$ 7.446,00	M
165.	CABO EM MADEIRA, PARA ENXADA	300	UND	R\$ 20,40	R\$ 6.120,00	M
166.	CABO EM MADEIRA, PARA MACHADO	50	UND	R\$ 23,80	R\$ 1.190,00	M
167.	CABO PARA FOICE, MADEIRA EM FORMATO CILÍNDRICO, NÃO INFERIOR A 1,50CM	50	UND	R\$ 16,83	R\$ 841,50	M
168.	CABO EM MADEIRA, PARA PA	200	UND	R\$ 17,00	R\$ 3.400,00	M
169.	CADEADO, 20 MM, EM LATÃO, CILINDRO EM LATÃO, MOLA E HASTE EM AÇO INOXIDÁVEL, COM DUAS CHAVES.	100	UND	R\$ 17,00	R\$ 1.700,00	
170.	CADEADO, 30 MM, EM LATÃO, CILINDRO EM LATÃO, MOLA E HASTE EM AÇO INOXIDÁVEL, COM DUAS CHAVES.	300	UND	R\$ 22,36	R\$ 6.706,50	
171.	CADEADO, 40 MM, EM LATÃO, CILINDRO EM LATÃO, MOLA E HASTE EM AÇO INOXIDÁVEL, COM DUAS CHAVES.	300	UND	R\$ 33,07	R\$ 9.919,50	
172.	CADEADO, 50 MM, EM LATÃO, CILINDRO EM LATÃO, MOLA E HASTE EM AÇO INOXIDÁVEL, COM DUAS CHAVES.	300	UND	R\$ 47,60	R\$ 14.280,00	
173.	CAMARA, AR, NOVA, PARA PNEU DE CARRO DE MÃO 3,25	80	UND	R\$ 17,00	R\$ 1.360,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA - BA

CNPJ 13.810.833/0001-60

174.	CARRO DE MÃO, NA COR PRETA, ESTRUTURA EM FERRO, PNEU COM CÂMARA.	150	UND	R\$ 168,13	R\$ 25.219,50	M
175.	CARRO DE MÃO, NA COR PRETA, ESTRUTURA EM FERRO, PNEU SEM CÂMARA.	50	UND	R\$ 171,70	R\$ 8.585,00	M
176.	CAVADOR DUPLO, ARTICULADA, EM AÇO CARBONO, COM CABO EM MADEIRA DE 1,50 DE COMPRIMENTO.	50	UND	R\$ 53,21	R\$ 2.660,50	M
177.	CAVADOR RETO, ARTICULADA, EM AÇO CARBONO, COM CABO EM MADEIRA DE 1,50 DE COMPRIMENTO.	30	UND	R\$ 41,82	R\$ 1.254,60	M
178.	COLHER, PARA PEDREIRO RETO, SOLDA ROBOTIZADA, N 10	30	UND	R\$ 30,60	R\$ 918,00	TR
179.	COLHER, PARA PEDREIRO RETO, SOLDA ROBOTIZADA, N 9	30	UND	R\$ 28,73	R\$ 861,90	TR
180.	CORDA DE SISAL 10 MM	300	MTS	R\$ 3,40	R\$ 1.020,00	
181.	CORDA SEDA 8 MM	300	MTS	R\$ 1,19	R\$ 357,00	
182.	CORDA SEDA 10 MM	300	MTS	R\$ 1,70	R\$ 510,00	
183.	CORDA SEDA 12 MM	300	MTS	R\$ 2,64	R\$ 790,50	
184.	CORRENTE GALV. 6 MM	100	KG	R\$ 32,81	R\$ 3.281,00	
185.	CORRENTE GALV. 8 MM	100	KG	R\$ 38,42	R\$ 3.842,00	
186.	DESENPENADEIRA, PLÁSTICA 30X17CM	10	UND	R\$ 11,90	R\$ 119,00	
187.	DISCO, DE CORTE, DIAMANTADO, SEGMENTADO 110MM., PARA CERÂMICA E MÁRMORE.	50	UND	R\$ 22,10	R\$ 1.105,00	
188.	DISCO, DE CORTE, DIAMANTADO, LISO 100 MM PARA CERÂMICA E MÁRMORE.	50	UND	R\$ 23,80	R\$ 1.190,00	
189.	DOBRADIÇA, PARA JANELA, AÇO CARBONO CROMADO, COM 04 PARAFUSOS, POLEGADAS 2,5", CARTELA COM 02 UNIDADES.	50	UND	R\$ 11,90	R\$ 595,00	
190.	DOBRADIÇA PORTA, AÇO ZINCADO 3,5" CARTELA COM 03 UND.	50	UND	R\$ 15,30	R\$ 765,00	
191.	PARAFUSO PARA DOBRADIÇA JANELA E PORTA.	100	UND	R\$ 0,09	R\$ 8,50	
192.	ENXADA LARGA SEM CABO 2,5 LIBRAS	200	UND	R\$ 45,90	R\$ 9.180,00	TR
193.	ENXADETA ESTREITA DE 2,5	50	UND	R\$ 49,64	R\$ 2.482,00	TR
194.	ENXADETA LARGA DE 2,5	50	UND	R\$ 50,32	R\$ 2.516,00	TR
195.	ESPATULA, FORJADA C/CABO PLÁSTICO, DIMENSÃO 10 CM	20	UND	R\$ 6,63	R\$ 132,60	
196.	ESCADA METAL 13/27 DEGRAUS	15	UND	R\$ 1.156,00	R\$ 17.340,00	B
197.	ESCADA METAL 5 DEGRAUS	10	UND	R\$ 236,30	R\$ 2.363,00	B
198.	ESPATULA, FORJADA C/CABO PLÁSTICO DIMENSÃO 8 CM	10	UND	R\$ 6,46	R\$ 64,60	
199.	FACÃO MATO CABO MADEIRA Nº 18	20	UND	R\$ 49,47	R\$ 989,40	
200.	FACÃO MATO CABO MADEIRA Nº 20	20	UND	R\$ 58,31	R\$ 1.166,20	
201.	TESOURA PARA PODA PROFISSIONAL	10	UND	R\$ 53,04	R\$ 530,40	
202.	FECHADURA, DE SOBREPOR, EM AÇO, PARA PORTAS OU PORTÕES, CHAVES PEQUENAS, COM TAMBOR, COM TRINCO.	30	UND	R\$ 102,00	R\$ 3.060,00	
203.	FECHADURA, PARA PORTA EM MADEIRA, ACABAMENTO CROMADO, INTERNO, MAÇANETA TIPO BOLA.	50	UND	R\$ 68,00	R\$ 3.400,00	S
204.	FECHADURA, PARA PORTA EM MADEIRA, ACABAMENTO CROMADO, EXTERNA, MAÇANETA TIPO ALAVANCA.	400	UND	R\$ 102,00	R\$ 40.800,00	S
205.	FERROLHO, EM AÇO GALVANIZADO, REDONDO 3,0 POLEGADAS.	50	UND	R\$ 8,84	R\$ 442,00	
206.	FERROLHO, EM AÇO GALVANIZADO, REDONDO 4,0 POLEGADAS.	50	UND	R\$ 10,37	R\$ 518,50	
207.	FERROLHO, EM AÇO GALVANIZADO, REDONDO 5,0 POLEGADAS.	50	UND	R\$ 11,90	R\$ 595,00	
208.	FOICE, EM AÇO CARBONO.	100	UND	R\$ 31,11	R\$ 3.111,00	TR
209.	FERROLHO, EM AÇO GALVANIZADO, CHATO 3,0 POLEGADAS.	50	UND	R\$ 8,50	R\$ 425,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA - BA

CNPJ 13.810.833/0001-60

210.	FERROLHO, EM AÇO GALVANIZADO, CHATO 4,0 POLEGADAS.	50	UND	R\$ 10,20	R\$ 510,00	
211.	FERROLHO, EM AÇO GALVANIZADO, CHATO 5,0 POLEGADAS.	50	UND	R\$ 11,90	R\$ 595,00	
212.	FURADEIRA, VELOCIDADE VARIÁVEL REVERSÍVEL, TIPO IMPACTO, POTÊNCIA DE MOTOR 420 WATTS, FREQUÊNCIA 60 HZ, RPM 2100/2500, CAPACIDADE DE PERFURAR AÇO, MADEIRA OU CONCRETO, MANDRIL 3/8, FUNÇÕES HOBBY.	5	UND	R\$ 476,00	R\$ 2.380,00	
213.	GRAMPO, PARA CERCA PCT. C/01 KG GALVANIZADO	50	PCT	R\$ 24,14	R\$ 1.207,00	
214.	LIMA, CHATA PARA ENXADA.	20	UND	R\$ 24,65	R\$ 493,00	
215.	LIMA, PARA SERROTE, TRIANGULAR, 4 POLEGADAS	20	UND	R\$ 25,84	R\$ 516,80	
216.	LONA, PLÁSTICA, PRETA, 1X4 METROS DE LARGURA, 1 50 MICRA.	300	MTS	R\$ 7,57	R\$ 2.269,50	M
217.	LONA, PRETA E BRANCA PLÁSTICA 1X4M LARGURA 150 MICRA.	300	MTS	R\$ 10,71	R\$ 3.213,00	M
218.	LUVA, EM LÁTEX, NA COR AMARELA, PALMA ANTIDERRAPANTE, INTERIOR LISO, TAMANHO G	100	PAR	R\$ 4,42	R\$ 442,00	
219.	MACHADO EM AÇO SEM CABO, 3,5 LIBRAS	10	UND	R\$ 71,49	R\$ 714,85	TR
220.	MARRETA, PESO 01 KG, FORJADA E TEMPERADA EM AÇOCABO EM MADEIRA DE LEI	10	UND	R\$ 41,31	R\$ 413,10	TR
221.	MARRETA, PESO 2 KG, FORJADA E TEMPERADA EM AÇO, COM CABO.	10	UND	R\$ 82,11	R\$ 821,10	TR
222.	MARRETA, PESO 5 KG, FORJADA E TEMPERADA EM AÇO, COM CABO.	5	UND	R\$ 192,78	R\$ 963,90	TR
223.	MARTELO, TIPO UNHA, EM AÇO, COM 25 MM DE DIÂMETRO, CABO EM MADEIRA.	20	UND	R\$ 41,14	R\$ 822,80	TR
224.	MARTELO, TIPO UNHA, EM AÇO, COM 27 MM DE DIÂMETRO, CABO EM MADEIRA.	20	UND	R\$ 46,92	R\$ 938,40	TR
225.	PÁ, FORMATO BICO EM AÇO CARBONO NUMERO 03	300	UND	R\$ 28,39	R\$ 8.517,00	TR
226.	PÁ, FORMATO QUADRADA, EM AÇO CARBONO.	30	UND	R\$ 31,62	R\$ 948,60	TR
227.	PARAFUSO, CABEÇA TIPO FENDA, EM FERRO, PARA MADEIRA, DIMENSÕES 4,2X 25 POLEGADAS EMBALAGEM CAIXA COM 100 UNIDADES.	5	CX	R\$ 67,83	R\$ 339,15	
228.	PARAFUSO, CABEÇA TIPO FENDA, EM FERRO, PARA MADEIRA, DIMENSÕES 4,8 X 50 POLEGADAS EMBALAGEM CAIXA COM 100 UNIDADES.	5	CX	R\$ 55,42	R\$ 277,10	
229.	PARAFUSO, CABEÇA TIPO FENDA, EM FERRO, PARA MADEIRA, DIMENSÕES 5,5 X 65 POLEGADAS EMBALAGEM CAIXA COM 100 UNIDADES	5	CX	R\$ 83,30	R\$ 416,50	
230.	PENEIRA, PARA AREIA Nº 55	30	UND	R\$ 23,63	R\$ 708,90	
231.	PENEIRA, PARA AREIA Nº 50	30	UND	R\$ 23,46	R\$ 703,80	
232.	PICARETA EM AÇO FORJADO, MODELO ALVIÃO, S/CABO	200	UND	R\$ 82,79	R\$ 16.558,00	TR
233.	PICARETA EM AÇO FORJADO, MODELO CHIBANCA, S/CABO	100	UND	R\$ 83,98	R\$ 8.398,00	TR
234.	PREGO 10X10, COM CABEÇA, EMBALAGEM COM 01 KG	50	KG	R\$ 38,17	R\$ 1.908,25	
235.	PREGO 15X18 COM CABEÇA, EMBALAGEM COM 01 KG	50	KG	R\$ 22,95	R\$ 1.147,50	
236.	PREGO 18X27, COM CABEÇA, EMBALAGEM COM 01 KG	50	KG	R\$ 19,21	R\$ 960,50	
237.	PREGO 19X39, COM CABEÇA, EMBALAGEM COM 01 KG	50	KG	R\$ 20,74	R\$ 1.037,00	
238.	PREGO TELHA 18X36 ARDOX, COM ARRUELA, EMBALAGEM COM 01 KG	50	KG	R\$ 40,80	R\$ 2.040,00	
239.	PRUMO, PARA PEDREIRO (COMPLETO COM CORDA E TACO) 500 GR	10	UND	R\$ 30,43	R\$ 304,30	M
240.	SERROTE DE 20 CM	5	UND	R\$ 38,93	R\$ 194,65	TR
241.	ZINCO 40 CM	200	KG	R\$ 16,15	R\$ 3.230,00	AC
242.	ZINCO 50 CM	200	KG	R\$ 16,15	R\$ 3.230,00	AC
243.	ZINCO 60 CM	200	KG	R\$ 16,15	R\$ 3.230,00	AC
244.	TORQUES N 12 AÇO	10	UND	R\$ 49,56	R\$ 495,55	SÃ



PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA - BA

CNPJ 13.810.833/0001-60

245.	TORQUES N 14 AÇO	5	UND	R\$ 62,22	R\$ 311,10	SÃ
246.	TRENA COM 05 METROS, CARRETEL FECHADO METÁLICO, COM TRAVA.	25	UND	R\$ 30,26	R\$ 756,50	
247.	TRENA COM 50 METROS DE FIBRA.	25	UND	R\$ 77,86	R\$ 1.946,50	
248.	BLOCOS DE CERÂMICA, COM SEIS FUROS, DIMENSÕES 9/14/24 CM	30000	UND	R\$ 1,14	R\$ 34.170,00	
249.	ACABAMENTO RODA FORRO PLÁSTICO SIMPLES, PVC, NA COR BRANCA COM 6.0 METROS CADA	200	UND	R\$ 39,10	R\$ 7.820,00	
250.	FORRO, EM PVC, COR BRANCO, LARGURA DE 20 CM	800	M²	R\$ 29,75	R\$ 23.800,00	
251.	PISO CERÂMICO, ESMALTADO, TIPO A, FATOR DE RESISTÊNCIA PEI-4, DIMENSÕES 40X40, COR BRANCO	1000	M2	R\$ 51,00	R\$ 51.000,00	
252.	REJUNTE, CORES VARIADAS, EMBALAGEM SACO COM 01 KG COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE	300	KG	R\$ 14,45	R\$ 4.335,00	QU
253.	TELHA, EM CERÂMICA, MODELO COLONIAL, COR VERMELHA, DIMENSÕES 47 CM X 16 CM, COM TRAVA DE CORRIMENTO.	10.000	UND	R\$ 1,53	R\$ 15.300,00	C
254.	TELHA SEM AMIANTO, 2,44X0,50X0,5MM	200	UND	R\$ 33,15	R\$ 6.630,00	
255.	TELHA, EM CERÂMICA, MODELO AMERICANA, COR VERMELHA, CAPA E BICA, COM TRAVA DE CORRIMENTO, 12 TELHAS P/MT²	5000	UND	R\$ 4,76	R\$ 23.800,00	SI
256.	PISO REVESTIMENTO 37X57 COR BRANCA	500	M²	R\$ 51,00	R\$ 25.500,00	
257.	CUMIEIRA PARA TELHA AMERICANA	200	UND	R\$ 11,90	R\$ 2.380,00	SI
258.	ARGAMASSA PARA ASSENTAMENTOS DE PISOS, AZULEJOS, NA COR CINZA, SACO COM 20KG. AC I	500	SC	R\$ 23,80	R\$ 11.900,00	VC
259.	CIMENTO, BRANCO, EMBALAGEM COM 1KG	100	KG	R\$ 4,25	R\$ 425,00	
260.	BRITA TIPO 1	200	M³	R\$ 238,00	R\$ 47.600,00	
261.	PÓ DE BRITA	50	M³	R\$ 59,50	R\$ 2.975,00	
262.	COLUNA 5/16 C/ 6 METROS	150	UND	R\$ 127,50	R\$ 19.125,00	
263.	COLUNA 3/8 C/ 6 METROS	150	UND	R\$ 180,20	R\$ 27.030,00	
264.	TRELICA REFORÇADA COM 06 METROS	150	UND	R\$ 57,80	R\$ 8.670,00	
265.	ELETRODO 6013, 3,25 mm	50	KG	R\$ 25,33	R\$ 1.266,50	
266.	ELETRODO 6013, 2,5mm	50	KG	R\$ 29,58	R\$ 1.479,00	
267.	VERGALHÃO CA 50 5/16 C/12 MT, DOBRADO	300	UND	R\$ 49,30	R\$ 14.790,00	
268.	VERGALHÃO CA-50, 3/8 C/12 MT, DOBRADO	300	UND	R\$ 74,80	R\$ 22.440,00	
269.	VERGALHÃO CA-50, 1/4 C/12 MT, DOBRADO	300	UND	R\$ 32,30	R\$ 9.690,00	
270.	VERGALHÃO CA-50, 4,2 C/12 MT, DOBRADO	200	UND	R\$ 17,00	R\$ 3.400,00	
271.	CIMENTO, COMUM, CINZA, CP II, EMBALAGEM SACO COM 50 KG	10000	SC	R\$ 57,80	R\$ 578.000,00	
272.	GESSO EMBALAGEM DE 02 KG	100	PCT	R\$ 3,23	R\$ 323,00	U
273.	PNEU COM CÂMARA AR 3,25 X 8 PRESSÃO MÁXIMA RECOMENDADA: 25 P.S.I.	50	UND	R\$ 70,21	R\$ 3.510,50	
274.	REBITE REPUXO POP ALUMINIO 319 - 3,2X19 – PACOTE COM 100 PÇS DESCRIÇÃO DIÂMETRO CORPO: 3,2 MM COMPRIMENTO: 19 MM BROCA: 3,3 MM A 3,4 MM	100	PCT	R\$ 12,41	R\$ 1.241,00	J
275.	ARGAMASSA AC3 PISO SOBRE PISO 20 KG	100	PCT	R\$ 64,60	R\$ 6.460,00	VC
276.	CAL HIDRATADA, ASPECTO FÍSICO PÓ, COR BRANCA, APLICAÇÃO CONSTRUÇÃO CIVIL, COMPOSIÇÃO Ca(OH)2, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ALTO TEOR DE CÁLCIO SEM ADITIVOS (saco 20kg)	50	SACO	R\$ 25,50	R\$ 1.275,00	U
277.	INSETICIDA (FORMICIDA) DO GRUPO QUÍMICO DAS SULFONAMIDAS FLUOROALIFÁTICAS (INGESTÃO). TIPO DE FORMULAÇÃO: ISCA GRANULADA. PRODUTO INDICADO PARA O CONTROLE DE FORMIGAS CORTADEIRAS DO GÊNERO ATTA (SAÚVAS) E DO GÊNERO ACROMYRMEX (QUENQUÊNS) EM ÁREAS AGRÍCOLAS, FLORESTAS	100	PCT	R\$ 19,38	R\$ 1.938,00	F

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA - BA**

CNPJ 13.810.833/0001-60

	PLANTADAS E PASTAGENS. EMBALADA EM CAIXAS EM PACOTES DE 1 KG					
278.	BALDE PLÁSTICO PARA CONCRETO REFORÇADO 12 LITROS	200	UND	R\$ 11,90	R\$ 2.380,00	
279.	VASO SANITARIO COM DESCARGA ACOPLADA 02 ACIONAMENTOS COM BRANCO	100	UND	R\$ 612,00	R\$ 61.200,00	
280.	CARRINHO DE MÃO EXTRAFORTE CAÇAMBA METÁLICA REFORÇADA 65 LITROS COM PNEU SECO	200	UND	R\$ 450,50	R\$ 90.100,00	TR
281.	LAVATORIO 47X42 COM COLUNA	30	UND	R\$ 255,00	R\$ 7.650,00	
282.	LAVATORIO 38X28 SEM COLUNA	30	UND	R\$ 127,50	R\$ 3.825,00	
283.	TUBO GALVANIZADO 2 ½ CHAPA 16	100	UND	R\$ 268,60	R\$ 26.860,00	APOI
284.	TUBO GALVANIZADO 2 ½ CHAPA 14	100	UND	R\$ 341,70	R\$ 34.170,00	APOI
285.	METALON GALVANIZADO 50X50 N° 18	100	UND	R\$ 190,40	R\$ 19.040,00	APOI
286.	METALON GALVANIZADO 30X20 N° 18	100	UND	R\$ 105,40	R\$ 10.540,00	APOI
287.	MALHA POP 15X15 3X2 METROS	200	UND	R\$ 151,30	R\$ 30.260,00	APOI
288.	CHAPA GALVANIZADA 2,00X1,20 M 0,20	50	UND	R\$ 306,00	R\$ 15.300,00	APOI
289.	BARRA CHATA 1X 3/16	100	UND	R\$ 86,70	R\$ 8.670,00	APOI
290.	CHAPA LAMBRE 2,0X1,12	50	UND	R\$ 263,50	R\$ 13.175,00	APOI
291.	BARRA CHATA 2X 1/8	100	UND	R\$ 163,20	R\$ 16.320,00	APOI
292.	VERGALHÃO LISO 3/8	100	UND	R\$ 54,40	R\$ 5.440,00	APOI
293.	BOMBA PERIFERICA ½ CV	50	UND	R\$ 216,75	R\$ 10.837,50	
294.	BOMBA SAPO ½ CV SUBMERSA	50	UND	R\$ 330,14	R\$ 16.507,00	
295.	KIT REGULADOR DE GAS COM MANGUEIRA E ABRAÇADEIRA	50	KIT	R\$ 59,84	R\$ 2.992,00	

PROPOSTA LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	Vlr UNT	V.TOTAL	MARCA
1	BLOCO ESTRUTURAL 09X19X39	5000	UND	R\$ 2,66	R\$ 13.300,00	WD
2	BLOCO ESTRUTURAL 14X19X39	5000	UND	R\$ 4,18	R\$ 20.900,00	WD
3	BLOCO PARA ALICERCE 14X19X39	3000	UND	R\$ 4,18	R\$ 12.540,00	WD
4	MEIO BLOCO ESTRUTURAL 09X19X19.5	3000	UND	R\$ 1,33	R\$ 3.990,00	WD
5	CANALETA ESTRUTURAL 09X19X39	1000	UND	R\$ 4,18	R\$ 4.180,00	WD
6	ELEMENTO VAZADO COBOGÓ 16 FUROS 40X44X7	50	UND	R\$ 22,80	R\$ 1.140,00	WD
7	ELEMENTO VAZADO CABOGÓ 04 FUROS 24X24X10	50	UND	R\$ 15,20	R\$ 760,00	WD
8	ESTACA DE CONCRETO RETO 2,00X13X0,13 CM	100	UND	R\$ 60,80	R\$ 6.080,00	WD
9	ESTACA DE CONCRETO ALAMBRADO 3,00X13X0,13 CM	100	UND	R\$ 91,20	R\$ 9.120,00	WD

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA - BA**

CNPJ 13.810.833/0001-60

10	MEIO FIO DE CONCRETO 80X30X13 CM	1000	UND	R\$ 49,40	R\$ 49.400,00	WD
11	LAJE PREMOLDADA M2	500	M2	R\$ 95,00	R\$ 47.500,00	WD
12	MEIO FIO DE CONCRETO 1,00X30X15 CM	1000	UND	R\$ 55,10	R\$ 55.100,00	WD
13	MATA BURRO DE CONCRETO / FERRAGEM DIMENSOES DUAS PARTES 1,50 MTS CADA DE LARGURA - 2,75 COMPRIMENTOS E 0,25 ALTURA, ESTRUTURA COM FERRO DE ½ E 3/8	10	UND	R\$ 6.460,00	R\$ 64.600,00	WD
14	PISO INTERTRAVADO NATURAL 10X20X6 CM	8000	METROS	R\$ 85,50	R\$ 684.000,00	WD
15	MANILHA CONCRETO ARMADO COM FERRO 4.2 1,00X0,40 M	100	UND	R\$ 152,00	R\$ 15.200,00	WD
16	MANILHA CONCRETO ARMADO COM FERRO 4.2 1,00X01,00 M	100	UND	R\$ 912,00	R\$ 91.200,00	WD
17	MANILHA CONCRETO ARMADO COM FERRO 4.2 1,00X0,60 M	100	UND	R\$ 370,50	R\$ 37.050,00	WD
18	MANILHA CONCRETO ARMADO COM FERRO 4.2 1,00X0,80 M	100	UND	R\$ 722,00	R\$ 72.200,00	WD
19	JOGO DE MESA DE CIMENTO COM 04 CAIDERS	30	JOGOS	R\$ 1.900,00	R\$ 57.000,00	WD

PROPOSTA LOTE 03

ITEM	PRODUTOS	QUANT.	UNID.	vlr unit	V. TOTAL	MARCA
1.	CORANTE LÍQUIDO COM PIGMENTOS, BISNAGA DE 50 ML, CORES DIVERSAS.	200	UND	R\$ 9,52	R\$ 1.904,00	GLOBO
2.	DESEMPENADEIRA, EM AÇO, DENTADA, 15X30, PARA MASSA ACRÍLICA.	25	UND	R\$ 17,85	R\$ 446,25	MOM FORT
3.	ESPATULA EM AÇO, COM CABO DE MADEIRA, 100 mm	20	UND	R\$ 17,85	R\$ 357,00	MOM FORT
4.	ESPATULA EM AÇO, COM CABO DE MADEIRA, 60 mm	20	UND	R\$ 9,52	R\$ 190,40	MOM FORT
5.	ESPATULA EM AÇO, COM CABO DE MADEIRA, 80 mm	20	UND	R\$ 14,28	R\$ 285,60	MOM FORT
6.	LIXA PARA MADEIRA/MASSA 80	200	UND	R\$ 1,56	R\$ 312,80	NORTON
7.	LIXA PARA MADEIRA/MASSA 100	200	UND	R\$ 1,19	R\$ 238,00	NORTON
8.	LIXA PARA MADEIRA/MASSA 120	200	UND	R\$ 1,19	R\$ 238,00	NORTON
9.	LIXA PARA MADEIRA/MASSA 150	200	UND	R\$ 1,19	R\$ 238,00	NORTON
10.	LIXA PARA MADEIRA/MASSA 180	200	UND	R\$ 1,19	R\$ 238,00	NORTON
11.	LIXA PARA MADEIRA/MASSA 220	200	UND	R\$ 1,19	R\$ 238,00	NORTON
12.	LIXA D'AGUA 220	200	UND	R\$ 1,94	R\$ 387,60	NORTON
13.	LIXA D'AGUA 320	200	UND	R\$ 1,94	R\$ 387,60	NORTON
14.	LIXA D'AGUA 150	200	UND	R\$ 2,62	R\$ 523,60	NORTON
15.	LIXA D'AGUA 120	200	UND	R\$ 2,62	R\$ 523,60	NORTON
16.	LIXA D'AGUA 100	200	UND	R\$ 2,62	R\$ 523,60	NORTON
17.	LIXA D'AGUA 080	200	UND	R\$ 2,62	R\$ 523,60	NORTON
18.	LIXA D'AGUA 060	200	UND	R\$ 2,62	R\$ 523,60	NORTON
19.	LIXA D'AGUA 180	200	UND	R\$ 2,62	R\$ 523,60	NORTON



PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA - BA

CNPJ 13.810.833/0001-60

20.	LIXA D'AGUA 400	200	UND	R\$ 2,14	R\$ 428,40	NORTON
21.	LIXA PARA FERRO 36	200	UND	R\$ 5,12	R\$ 1.023,40	NORTON
22.	LIXA PARA FERRO 50	200	UND	R\$ 5,12	R\$ 1.023,40	NORTON
23.	LIXA PARA FERRO 60	200	UND	R\$ 5,12	R\$ 1.023,40	NORTON
24.	LIXA PARA FERRO 80	200	UND	R\$ 5,12	R\$ 1.023,40	NORTON
25.	LIXA PARA FERRO 100	200	UND	R\$ 3,93	R\$ 785,40	NORTON
26.	MASSA CORRIDA ACRÍLICA, EMBALAGEM 15 KG.	200	PCT	R\$ 73,78	R\$ 14.756,00	YALEN
27.	MASSA CORRIDA A BASE DE PVA, EMBALAGEM 15 KG	200	PCT	R\$ 31,42	R\$ 6.283,20	YALEN
28.	ROLO PARA PINTURA, EM ESPUMA, 15 cm, COM CABO.	100	UND	R\$ 21,90	R\$ 2.189,60	CONDOR
29.	ROLO PARA PINTURA, EM ESPUMA, 5 cm COM CABO	100	UND	R\$ 6,90	R\$ 690,20	CONDOR
30.	ROLO PARA PINTURA, EM ESPUMA, 23 cm	100	UND	R\$ 21,18	R\$ 2.118,20	CONDOR
31.	ROLO PARA PINTURA, EM ESPUMA, 9 cm COM CABO	100	UND	R\$ 7,85	R\$ 785,40	CONDOR
32.	ROLO, PARA PINTURA, EM LÃ DE CARNEIRO, 23 cm	100	UND	R\$ 97,34	R\$ 9.734,20	CONDOR
33.	SUPORTE PARA ROLO 23 CM	50	UND	R\$ 10,23	R\$ 511,70	CONDOR
34.	THINNER INDICADO PARA DILUIÇÃO DE ESMALTES SINTÉTICOS, EMBALAGEM GALÃO COM 5 LITROS.	150	GALÃO	R\$ 134,47	R\$ 20.170,50	ANJOS
35.	THINNER, INDICADO PARA DILUIÇÃO DE ESMALTES SINTÉTICOS, EMBALAGEM LATA COM 1 LITRO.	200	UND	R\$ 27,37	R\$ 5.474,00	ANJOS
36.	TINTA, ACRÍLICA, FOSCA EXTRA, COR AMARELO FREVO, PARA APLICAÇÃO EM EXTERIOR E INTERIOR EMBALAGEM: LATA COM 18 LITROS CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. QUE SEJA QUALIFICADA PELA ABRAFATI.	800	LTS	R\$ 642,36	R\$ 513.889,60	CORAL
37.	TINTA, ACRÍLICA, FOSCA EXTRA, COR BRANCA, PARA APLICAÇÃO EM EXTERIOR E INTERIOR EMBALAGEM: LATA COM 18 LITROS CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. QUE SEJA QUALIFICADA PELA ABRAFATI.	800	LTS	R\$ 571,20	R\$ 456.960,00	CORAL
38.	TINTA, ACRÍLICA, FOSCA EXTRA, COR BRANCO GELO, PARA APLICAÇÃO EM EXTERIOR E INTERIOR EMBALAGEM: LATA COM 18 LITROS CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. QUE SEJA QUALIFICADA PELA ABRAFATI	25	LTS	R\$ 571,20	R\$ 14.280,00	CORAL
39.	TINTA, ACRÍLICA, FOSCA EXTRA, COR PALHA, PARA APLICAÇÃO EM EXTERIOR E INTERIOR EMBALAGEM: LATA COM 18 LITROS CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. QUE SEJA QUALIFICADA PELA ABRAFATI.	25	LTS	R\$ 642,36	R\$ 16.059,05	CORAL
40.	TINTA, ACRÍLICA, FOSCA EXTRA, COR MARFIM, PARA APLICAÇÃO EM EXTERIOR E INTERIOR EMBALAGEM: LATA COM 18 LITROS CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. QUE SEJA QUALIFICADA PELA ABRAFATI.	10	LTS	R\$ 642,36	R\$ 6.423,62	CORAL
41.	TINTA, ACRÍLICA, FOSCA EXTRA, COR AREIA, PARA APLICAÇÃO EM EXTERIOR E INTERIOR EMBALAGEM: LATA COM 18 LITROS CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. QUE SEJA QUALIFICADA PELA ABRAFATI.	10	LTS	R\$ 642,36	R\$ 6.423,62	CORAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA - BA

CNPJ 13.810.833/0001-60

42.	TINTA, ACRÍLICA, FOSCA EXTRA, COR AZUL CEÚ, PARA APLICAÇÃO EM EXTERIOR E INTERIOR EMBALAGEM: LATA COM 18 LITROS CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. QUE SEJA QUALIFICADA PELA ABRAFATI.	10	LTS	R\$ 618,80	R\$ 6.188,00	DACAR
43.	TINTA, ACRÍLICA, FOSCA EXTRA, COR LARANJA CITRICO, PARA APLICAÇÃO EM EXTERIOR E INTERIOR EMBALAGEM: LATA COM 18 LITROS CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. QUE SEJA QUALIFICADA PELA ABRAFATI.	10	LTS	R\$ 642,36	R\$ 6.423,62	CORAL
44.	TINTA, ACRÍLICA, PARA PISO, POLIESPORTIVA, CORES DIVERSAS, EMBALAGEM: LATA COM 3,6L, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NOME OU MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. QUE SEJA QUALIFICADA PELA ABRAFATI.	50	GALÃO	R\$ 173,45	R\$ 8.672,55	NOVACOR
45.	TINTA, ACRÍLICA, PARA PISO, POLIESPORTIVA, CORES DIVERSAS, EMBALAGEM: LATA COM 18 litros, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NOME OU MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. QUE SEJA QUALIFICADA PELA ABRAFATI.	100	LTS	R\$ 625,94	R\$ 62.594,00	NOVACOR
46.	TINTA, EM PÓ PARA PAREDE, CORES DIVERSAS, EMBALAGEM: SACO DE 02 KG,	300	PCT	R\$ 11,90	R\$ 3.570,00	HIDRACOR
47.	TINTA, ESMALTE SINTÉTICO, SECAGEM RÁPIDA, CORES DIVERSAS, PARA INTERIOR E EXTERIOR EMBALAGEM: GALÃO COM 3,6 L, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE QUE SEJA QUALIFICADA PELA ABRAFATI.	300	GALÃO	R\$ 195,16	R\$ 58.548,00	SUVINIL
48.	TINTA, ESMALTE SINTÉTICO, SECAGEM RÁPIDA, CORES DIVERSAS, PARA INTERIOR E EXTERIOR EMBALAGEM: LATA COM 900 ML, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE QUE SEJA QUALIFICADA PELA ABRAFATI.	100	UND	R\$ 61,88	R\$ 6.188,00	SUVINIL
49.	TINTA, LÁTEX, A BASE DE ACRILICA, COR AMARELO FREVO, EMBALAGEM COM 3,6L. COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE QUE SEJA QUALIFICADA PELA ABRAFATI.	100	GALÃO	R\$ 125,90	R\$ 12.590,20	CORAL
50.	TINTA, LÁTEX, A BASE DE ACRILICA, COR BRANCA, EMBALAGEM COM 3,6L COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE QUE SEJA QUALIFICADA PELA ABRAFATI.	50	GALÃO	R\$ 93,30	R\$ 4.664,80	CORAL
51.	TINTA, LÁTEX, A BASE DE ACRILICA, COR BRANCO GELO, EMBALAGEM COM 3,6L. COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE QUE SEJA QUALIFICADA PELA ABRAFATI.	10	GALÃO	R\$ 93,30	R\$ 932,96	CORAL
52.	TINTA, LÁTEX, A BASE DE ACRILICA, COR MAFIM, EMBALAGEM COM 3,6L. COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE QUE SEJA QUALIFICADA PELA ABRAFATI.	10	GALÃO	R\$ 93,30	R\$ 932,96	CORAL
53.	TINTA, LÁTEX, A BASE DE ACRILICA, COR PALHA, EMBALAGEM COM 3,6L. COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE QUE SEJA QUALIFICADA PELA ABRAFATI.	10	GALÃO	R\$ 93,30	R\$ 932,96	CORAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA - BA

CNPJ 13.810.833/0001-60

54.	TINTA, LÁTEX, A BASE DE ACRILICA, COR AREIA, EMBALAGEM COM 3,6L. COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE QUE SEJA QUALIFICADA PELA ABRAFATI.	10	GALÃO	R\$ 93,30	R\$ 932,96	CORAL
55.	TINTA, LÁTEX, A BASE DE ACRILICA, COR AZUL CÉU, EMBALAGEM COM 3,6L. COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE QUE SEJA QUALIFICADA PELA ABRAFATI.	10	GALÃO	R\$ 119,00	R\$ 1.190,00	DACAR
56.	TINTA, LÁTEX, A BASE DE ACRILICA, COR LARANJA CITRICO, EMBALAGEM COM 3,6L. COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE QUE SEJA QUALIFICADA PELA ABRAFATI.	10	GALÃO	R\$ 125,90	R\$ 1.259,02	CORAL
57.	TRINCHA PARA PINTURA DE 1 1/2 POLEGADAS	100	UND	R\$ 6,07	R\$ 606,90	CONDOR
58.	TRINCHA PARA PINTURA DE 1 POLEGADAS	100	UND	R\$ 4,28	R\$ 428,40	CONDOR
59.	TRINCHA PARA PINTURA DE 2 POLEGADAS	100	UND	R\$ 7,85	R\$ 785,40	CONDOR
60.	TRINCHA PARA PINTURA DE 2 1/2 POLEGADAS	100	UND	R\$ 10,35	R\$ 1.035,30	CONDOR
61.	TRINCHA PARA PINTURA DE 3/4 POLEGADAS	100	UND	R\$ 1,63	R\$ 163,20	CONDOR
62.	TRINCHA PARA PINTURA DE 3POLEGADAS	100	UND	R\$ 15,47	R\$ 1.547,00	CONDOR
63.	TRINCHA PARA PINTURA DE 1/2 POLEGADAS	100	UND	R\$ 2,89	R\$ 289,00	CONDOR
64.	TRINCHA PARA PINTURA DE 4 POLEGADAS	100	UND	R\$ 22,61	R\$ 2.261,00	CONDOR
65.	VERNIZ INCOLOR COM FILTRO SOLAR GALÃO COM 3,6L, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	100	GALÃO	R\$ 221,34	R\$ 22.134,00	EUCATEX
66.	VERNIZ, INCOLOR GALÃO COM 3,6L, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	100	GALÃO	R\$ 206,82	R\$ 20.682,20	EUCATEX
67.	VERNIZ INCOLOR COM FILTRO SOLAR, COM 900 ML, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	100	UND	R\$ 69,50	R\$ 6.949,60	EUCATEX
68.	VERNIZ INCOLOR COM 900ML, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	100	UND	R\$ 61,88	R\$ 6.188,00	EUCATEX
69.	LIQUIDO BRILHO 3600 ML	30	GALÃO	R\$ 91,63	R\$ 2.748,90	HIDRACOR
70.	LIQUIDO BRILHO 900 ML	10	UND	R\$ 45,22	R\$ 452,20	IRAJA
71.	LIQUIDO BRILHO 15 LITROS	50	UND	R\$ 330,82	R\$ 16.541,00	HIDRACOR
72.	TINTA SPRAY 350 ML CORES VARIADAS	100	UND	R\$ 27,85	R\$ 2.784,60	TEK BOND
73.	SELADORA PARA MADEIRA 3600 ML	30	GALÃO	R\$ 204,68	R\$ 6.140,40	EUCATEX
74.	SELADORA PARA MADEIRA 900 ML	30	UND	R\$ 67,71	R\$ 2.031,33	EUCATEX
75.	SELADOR PARA PAREDE 3600 ML	50	GALÃO	R\$ 67,00	R\$ 3.349,85	HIDRACOR
76.	SELADOR PARA PARE DE 15 LITROS	100	UND	R\$ 206,82	R\$ 20.682,20	HIDRACOR
77.	ZARCÃO CINZA 3600 ML	10	GALÃO	R\$ 154,70	R\$ 1.547,00	SOLVENTEX
78.	ZARCÃO CINZA 900 ML	50	UND	R\$ 54,74	R\$ 2.737,00	SOLVENTEX
79.	FIXADOR CAL 150 ML	200	UND	R\$ 1,56	R\$ 312,80	PINTA FIX
80.	BROXA PARA PINTURA 18X 8 CM	100	UND	R\$ 8,57	R\$ 856,80	CONDOR
81.	CAL, BRANCO, FINO, REFINADO PARA PINTURA, SACO COM 5 KG	200	PCT	R\$ 19,52	R\$ 3.903,20	UNIVERSAL
82.	FITA CREPE 18 MM X 50 M	250	UND	R\$ 7,62	R\$ 1.904,00	NORTON
83.	FITA CREPE 48 MM X 50 M	250	UND	R\$ 20,35	R\$ 5.087,25	NORTON
84.	FUNDO OLEO PARA MADEIRA 900 ML	10	UND	R\$ 35,50	R\$ 354,96	LINHAL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA - BA**

CNPJ 13.810.833/0001-60

85.	FUNDO OLEO PARA MADEIRA 3600 ML	10	UND	R\$ 99,96	R\$ 999,60	LINHAL
86.	FUNDO PARA GALVANIZADO 900 ML	50	UND	R\$ 67,51	R\$ 3.375,35	EUCATEX
87.	FUNDO PARA GALVANIZADO 3600 ML	150	UND	R\$ 238,00	R\$ 35.700,00	EUCATEX
88.	VERNIZ NA COR MOGNO GALÃO COM 3,6L, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	30	GALÃO	R\$ 223,72	R\$ 6.711,60	EUCATEX
89.	VERNIZ, NA COR IMBUIA GALÃO COM 3,6L, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	30	GALÃO	R\$ 223,72	R\$ 6.711,60	EUCATEX
90.	VERNIZ NA COR MOGNO COM 900 ML, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	20	GL	R\$ 69,02	R\$ 1.380,40	EUCATEX
91.	VERNIZ NA COR IMBUIA COM 900ML, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	20	GL	R\$ 69,02	R\$ 1.380,40	EUCATEX
92.	RESINA ACRILICA 18 LITROS A BASE DE SOLVENTE	40	GL	R\$ 887,74	R\$ 35.509,60	EUCATEX
93.	RESINA ACRILICA 05 LITROS A BASE DE SOLVENTE	30	UND	R\$ 238,00	R\$ 7.140,00	EUCATEX

PROPOSTA LOTE 04

ITEM	MATERIAL/DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	VLR UNIT	VALOR TOTAL	MARCA
1	BOCAL PORCELANA E27	100	UND	R\$ 3,80	R\$ 380,00	DECOLUX
2	CABO PP 2X2,5 MM.	1000	MTS	R\$ 9,22	R\$ 9.215,00	COBRECOM
3	BOCAL PORCELANA E40	100	UND	R\$ 12,35	R\$ 1.235,00	DECOLUX
4	CONECTOR PARA HASTE TERRA 1/2	100	UND	R\$ 4,37	R\$ 437,00	PADRAO FORTE
5	CABO, RÍGIDO 25 MM	500	MTS	R\$ 39,71	R\$ 19.855,00	COBRECOM
6	PADRAO ENERGIA TRIFASICO COMPLETO	5	UND	R\$ 722,00	R\$ 3.610,00	COBRECOM
7	CABO PP 2X1,5 MM	500	MTS	R\$ 5,42	R\$ 2.707,50	COBRECOM
8	CABO PP 2X4 MM	500	MTS	R\$ 12,07	R\$ 6.032,50	COBRECOM
9	CABO PP 3X2,5 MM	1000	MTS	R\$ 11,78	R\$ 11.780,00	COBRECOM
10	CABO PP 3X4 MM	1000	MTS	R\$ 17,10	R\$ 17.100,00	COBRECOM
11	CABO PP 3X6 MM	1000	MTS	R\$ 30,02	R\$ 30.020,00	COBRECOM
12	CABO PP 4X6 MM	300	MTS	R\$ 36,77	R\$ 11.029,50	COBRECOM
13	CABO PP 3X1,5 MM	300	MTS	R\$ 7,89	R\$ 2.365,50	COBRECOM
14	CABO, RÍGIDO 6 MM	100	MTS	R\$ 9,03	R\$ 902,50	COBRECOM



PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA - BA
CNPJ 13.810.833/0001-60

15	CABO, RÍGIDO 10 MM	100	MTS	R\$ 14,82	R\$ 1.482,00	COBRECOM
16	CABO, RÍGIDO 16 MM	100	MTS	R\$ 23,75	R\$ 2.375,00	COBRECOM
17	CABO, FLEXIVEL 10 MM	500	MTS	R\$ 12,64	R\$ 6.317,50	COBRECOM
18	CABO, FLEXIVEL 16 MM	500	MTS	R\$ 19,38	R\$ 9.690,00	COBRECOM
19	CABO, ALUMINIO DUPLEX 1X1X16+16MM	100	MTS	R\$ 6,27	R\$ 627,00	SIL
20	FITA ISOLANTE 5 MTS	300	UND	R\$ 2,66	R\$ 798,00	FOX LUX
21	CAIXA PVC, para distribuição de 03 disjuntores.	20	UND	R\$ 26,98	R\$ 539,60	TAF
22	CAIXA PVC, para distribuição de 06 disjuntores.	20	UND	R\$ 39,52	R\$ 790,40	TAF
23	CAIXA PVC, para distribuição de 12 disjuntores.	20	UND	R\$ 75,05	R\$ 1.501,00	TAF
24	FITA isolante preta c/20 m.	150	UND	R\$ 8,46	R\$ 1.268,25	FOX LUX
25	FITA, de alta fusão c/10 m.	30	UND	R\$ 32,49	R\$ 974,70	FOX LUX
26	GRAMPO P/ FIO. C/ 50 UN	50	PCT	R\$ 13,68	R\$ 684,00	DEL SALTO
27	HASTE terra, em cobre eletrolítico, comprimento 2,40 m x 5/8, sem conectores de fixação de fio.	5	UND	R\$ 46,08	R\$ 230,38	PADRAO FORTE
28	INTERRUPTOR + TOMADA (EMBTIR) 10 AMPERES	50	UND	R\$ 20,90	R\$ 1.045,00	POP PIAL
29	INTERRUPTOR 1 TECLA SIMPLES (EMBTIR)	50	UND	R\$ 13,02	R\$ 650,75	POP PIAL
30	INTERRUPTOR 2 TECLA SIMPLES (EMBTIR)	50	UND	R\$ 22,80	R\$ 1.140,00	POP PIAL
31	REATOR DE 400 W EXTERNO	100	UND	R\$ 162,07	R\$ 16.207,00	INTRAL
32	REATOR DE 250 W EXTERNO	100	UND	R\$ 22,52	R\$ 2.251,50	INTRAL
33	LAMPADA DE 400 W VAPOR METALICA EXTERNA	100	UND	R\$ 114,00	R\$ 11.400,00	PHILIPS
34	LÂMPADA COMPACTA de 20 W eletrônica	400	UND	R\$ 13,68	R\$ 5.472,00	AVANT
35	LAMPADA DE 250 W VAPOR METALICA EXTERNA	400	UND	R\$ 76,00	R\$ 30.400,00	PHILIPS
36	LÂMPADA COMPACTA de 40 W eletrônica	400	UND	R\$ 28,50	R\$ 11.400,00	AVANT
37	LÂMPADA COMPACTA de 30 W eletrônica	400	UND	R\$ 20,90	R\$ 8.360,00	AVANT
38	LUMINARIA DE LED SOBREPOR 25 W QUADRADA	50	UND	R\$ 41,52	R\$ 2.075,75	AVANT
39	NIPEL C/ ROSCA 1. ½	20	UND	R\$ 10,64	R\$ 212,80	KRONA
40	PASSA FIO, com 15 m.	10	UND	R\$ 23,28	R\$ 232,75	VIATEX



PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA - BA

CNPJ 13.810.833/0001-60

41	RACK para padrão de energia	20	UND	R\$ 7,22	R\$ 144,40	PADRAO FORTE
42	ROLDANA para RAQUE padrão	20	UND	R\$ 8,93	R\$ 178,60	PADRAO FORTE
43	SOQUETE C/ RABICHO PRETO	100	UND	R\$ 3,04	R\$ 304,00	FOX LUX
44	SOQUETE S/ RABICHO PRETO	100	UND	R\$ 2,85	R\$ 285,00	FOX LUX
45	TUBO GALVANIZADO P/ Padrão com 3 m.	30	UND	R\$ 129,96	R\$ 3.898,80	ELECON
46	TUBO ELETRODUTO ¾ C/3METROS	30	UND	R\$ 18,24	R\$ 547,20	PADRAO FORTE
47	TUBO ELETRODUTO 1 C/3 METROS	30	UND	R\$ 22,61	R\$ 678,30	PADRAO FORTE
48	TUBO ELETRODUTO 1 ½ C/3METROS	100	UND	R\$ 40,28	R\$ 4.028,00	PADRAO FORTE
49	TUBO ELETRODUTO 1 ¼ C/3 METROS	30	UND	R\$ 30,40	R\$ 912,00	PADRAO FORTE
50	TUBO ELETRODUTO ½ C/3 METROS	30	UND	R\$ 10,64	R\$ 319,20	PADRAO FORTE
51	TOMADA P/ Embutir. 2P+T 10 AMP	100	UND	R\$ 13,21	R\$ 1.320,50	POP PIAL
52	TOMADA P/ Embutir. 2P+T 20 AMP	100	UND	R\$ 14,35	R\$ 1.434,50	POP PIAL
53	TOMADA Dupla P/ Embutir. 2P+T 10 AMP	30	UND	R\$ 22,80	R\$ 684,00	POP PIAL
54	CAIXA MONOFASICA PADRÃO COELBA	20	UND	R\$ 64,41	R\$ 1.288,20	PADRAO FORTE
55	CAIXA TRIFASICA PADRÃO COELBA	10	UND	R\$ 199,50	R\$ 1.995,00	PADRAO FORTE
56	CURVA ELETRODUTO 90 GRAUS 1	100	UND	R\$ 4,28	R\$ 427,50	PADRAO FORTE
57	CURVA ELETRODUTO 90 GRAUS 1 1/4	100	UND	R\$ 6,84	R\$ 684,00	PADRAO FORTE
58	CURVA ELETRODUTO 90 GRAUS 1 1/2	100	UND	R\$ 7,41	R\$ 741,00	PADRAO FORTE
59	CURVA ELETRODUTO 90 GRAUS 3/4	100	UND	R\$ 2,66	R\$ 266,00	PADRAO FORTE
60	CURVA ELETRODUTO 180 GRAUS 1	50	UND	R\$ 8,36	R\$ 418,00	PADRAO FORTE
61	CURVA ELETRODUTO 180 GRAUS 1 1/2	50	UND	R\$ 19,00	R\$ 950,00	PADRAO FORTE
62	CURVA ELETRODUTO 180 GRAUS 1 1/4	50	UND	R\$ 10,07	R\$ 503,50	PADRAO FORTE
63	CURVA ELETRODUTO 180 GRAUS 3/4	50	UND	R\$ 6,18	R\$ 308,75	PADRAO FORTE
64	LUVA ELETRODUTO ¾	100	UND	R\$ 1,90	R\$ 190,00	PADRAO FORTE
65	LUVA ELETRODUTO 1	100	UND	R\$ 2,47	R\$ 247,00	PADRAO FORTE
66	LUVA ELETRODUTO 1 1/2	100	UND	R\$ 4,09	R\$ 408,50	PADRAO FORTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA - BA
CNPJ 13.810.833/0001-60

67	LUVA ELETRODUTO 1 1/4	100	UND	R\$ 2,76	R\$ 275,50	PADRAO FORTE
68	ARRUELA ALUMINIO ¾	50	UND	R\$ 1,05	R\$ 52,25	PRENCAL
69	ARRUELA ALUMINIO 1	50	UND	R\$ 1,75	R\$ 87,40	PRENCAL
70	ARRUELA ALUMINIO 1 1/2	50	UND	R\$ 3,14	R\$ 156,75	PRENCAL
71	ARRUELA ALUMINIO 1 1/4	50	UND	R\$ 2,85	R\$ 142,50	PRENCAL
72	BUCHA ALUMINIO ¾	50	UND	R\$ 1,43	R\$ 71,25	PRENCAL
73	BUCHA ALUMINIO 1	50	UND	R\$ 2,38	R\$ 118,75	PRENCAL
74	BUCHA ALUMINIO 1 ½	50	UND	R\$ 4,18	R\$ 209,00	PRENCAL
75	BUCHA ALUMINIO 1 ¼	50	UND	R\$ 3,04	R\$ 152,00	PRENCAL
76	CAIXA ATERRAMENTO PLASTICA	30	UND	R\$ 5,42	R\$ 162,45	PADRAO FORTE
77	CAIXA 4X2 AMARELA	200	UND	R\$ 1,90	R\$ 380,00	VIATEX
78	CAIXA 4X4 AMARELA	50	UND	R\$ 5,42	R\$ 270,75	VIATEX
79	CABINHO flexível 1,5 MM	2000	MTS	R\$ 1,71	R\$ 3.420,00	COBRECOM
80	CABINHO flexível 2,5 MM	5000	MTS	R\$ 2,66	R\$ 13.300,00	COBRECOM
81	CABINHO flexível 4,00 MM	5000	MTS	R\$ 4,56	R\$ 22.800,00	COBRECOM
82	CABINHO flexível 6,00 MM	5000	MTS	R\$ 6,75	R\$ 33.725,00	COBRECOM
83	FIO TORCIDO 2X 1,00 MM	1000	MTS	R\$ 3,42	R\$ 3.420,00	COBRECOM
84	FIO TORCIDO 2X 1,5 MM	1000	MTS	R\$ 4,75	R\$ 4.750,00	COBRECOM
85	FIO TORCIDO 2X 2,5 MM	1000	MTS	R\$ 7,60	R\$ 7.600,00	COBRECOM
86	FIO PARALELO 2X 2,5 MM	1000	MTS	R\$ 6,84	R\$ 6.840,00	COBRECOM
87	FIO PARALELO 2X 1,00 MM	1000	MTS	R\$ 3,23	R\$ 3.230,00	COBRECOM
88	FIO PARALELO 2X 1,5 MM	1000	MTS	R\$ 4,47	R\$ 4.465,00	COBRECOM
89	FIO PARALELO 2X 0,75 MM	1000	MTS	R\$ 2,57	R\$ 2.565,00	COBRECOM
90	DISJUNTOR DIN UNI 10 AMP	20	UND	R\$ 12,92	R\$ 258,40	SOPRANO
91	DISJUNTOR DIN UNI 16 AMP	20	UND	R\$ 12,92	R\$ 258,40	SOPRANO
92	DISJUNTOR DIN UNI 25 AMP	20	UND	R\$ 12,92	R\$ 258,40	SOPRANO



PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA - BA
CNPJ 13.810.833/0001-60

93	DISJUNTOR DIN UNI 32 AMP	20	UND	R\$ 12,92	R\$ 258,40	SOPRANO
94	DISJUNTOR DIN UNI 40 AMP	20	UND	R\$ 15,77	R\$ 315,40	SOPRANO
95	DISJUNTOR DIN UNI 50 AMP	20	UND	R\$ 15,77	R\$ 315,40	SOPRANO
96	DISJUNTOR DIN TRI 16 AMP	10	UND	R\$ 66,50	R\$ 665,00	SOPRANO
97	DISJUNTOR DIN TRI 25 AMP	10	UND	R\$ 66,50	R\$ 665,00	SOPRANO
98	DISJUNTOR DIN TRI 32 AMP	10	UND	R\$ 66,50	R\$ 665,00	SOPRANO
99	DISJUNTOR DIN TRI 40 AMP	10	UND	R\$ 69,35	R\$ 693,50	SOPRANO
100	DISJUNTOR DIN TRI 50 AMP	10	UND	R\$ 69,35	R\$ 693,50	SOPRANO
101	EXTENÇÃO 5 METROS 2 P + T	30	UND	R\$ 44,65	R\$ 1.339,50	MEGRATON
102	EXTENÇÃO 10 METROS 2 P + T	30	UND	R\$ 74,10	R\$ 2.223,00	MEGRATON
103	TOMADA C/PLACA PARA CANALETA EXTERNA 10 AMP	100	UND	R\$ 9,79	R\$ 978,50	ILUMI
104	INT C/PLACA PARA CANALETA EXTERNA	100	UND	R\$ 9,50	R\$ 950,00	ILUMI
105	TOMADA C/PLACA PARA CANALETA EXTERNA 20 AMP	100	UND	R\$ 10,83	R\$ 1.083,00	ILUMI
106	INT + TOMADA C/PLACA PARA CANALETA EXTERNA	50	UND	R\$ 14,73	R\$ 736,25	ILUMI
107	INT 2 TECLAS C/PLACA PARA CANALETA EXTERNA	50	UND	R\$ 14,25	R\$ 712,50	ILUMI
108	INT 3 TECLAS C/PLACA PARA CANALETA EXTERNA	50	UND	R\$ 16,15	R\$ 807,50	ILUMI
109	INT 2 TECLAS + TOMADA C/PLACA PARA CANALETA EXTERNA	50	UND	R\$ 17,10	R\$ 855,00	ILUMI
110	PLACA CEGA 4X2	50	UND	R\$ 5,51	R\$ 275,50	ILUMI
111	PLACA CEGA 4X4	50	UND	R\$ 9,50	R\$ 475,00	ILUMI
112	INT REDONDO EXTERNO	50	UND	R\$ 5,89	R\$ 294,50	RADIAL
113	TOMADA REDONDA EXTERNO	50	UND	R\$ 7,41	R\$ 370,50	RADIAL
114	PLUG MACHO 02 P 10 AMPERES	200	UND	R\$ 4,94	R\$ 988,00	ILUMI
115	PLUG MACHO 2P + T 10 AMPERES	200	UND	R\$ 6,65	R\$ 1.330,00	ILUMI
116	PLUG MACHO 2P + T 20 AMP	200	UND	R\$ 12,16	R\$ 2.432,00	TRAMONTIN A
117	PLUG T 3 SAIDAS 2 P + T	200	UND	R\$ 8,74	R\$ 1.748,00	TRAMONTIN A
118	LÂMPADA HALOGENA 70 W	100	UND	R\$ 6,65	R\$ 665,00	AVANT



PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA - BA
CNPJ 13.810.833/0001-60

119	LÂMPADA HALOGENA 100 W	100	UND	R\$ 6,65	R\$ 665,00	AVANT
120	NIPEL 1	20	UND	R\$ 3,80	R\$ 76,00	KRONA
121	MANGUEIRA CORRUGADA ¾	500	MTS	R\$ 1,71	R\$ 855,00	VIATEX
122	MANGUEIRA CORRUGADA 1	100	MTS	R\$ 3,42	R\$ 342,00	VIATEX
123	MANGUEIRA CORRUGADA ½	100	MTS	R\$ 2,05	R\$ 205,20	VIATEX
124	PLAFON 100 W BRANCO COM SOQUETE LOUÇA	200	UND	R\$ 4,75	R\$ 950,00	FOX LUX
125	PLAFON 100 W PRETO COM SOQUETE LOUÇA	200	UND	R\$ 6,65	R\$ 1.330,00	FOX LUX
126	CANALETA 20X10X2000MM SEM FITA	100	UND	R\$ 9,12	R\$ 912,00	TRAMONTIN A
127	CANALETA 20X10X2000MM COM FITA	500	UND	R\$ 9,12	R\$ 4.560,00	TRAMONTIN A
128	FITA isolante preta c/10 m.	200	UND	R\$ 4,41	R\$ 881,60	FOX LUX
129	BOIA DE NIVEL 25 A	30	UND	R\$ 58,71	R\$ 1.761,30	RAYNA
130	LUMINARIA DE LED 50 W	50	UND	R\$ 285,00	R\$ 14.250,00	HIPER 67
131	LUMINARIA DE LED 100 W	50	UND	R\$ 380,00	R\$ 19.000,00	HIPER 65
132	REFLETOR DE LED 50 W	100	UND	R\$ 42,75	R\$ 4.275,00	HITEC
133	REFLETOR DE LED 100 W	100	UND	R\$ 73,53	R\$ 7.353,00	HITEC
134	REFLETOR DE LED 200 W	50	UND	R\$ 174,71	R\$ 8.735,25	HITEC
135	REFLETOR DE LED 400 W	50	UND	R\$ 228,00	R\$ 11.400,00	HITEC
136	FILTRO DE LINHA COM 4 TOMADAS DE UM METRO	100	UND	R\$ 37,24	R\$ 3.724,00	MEGRATON
137	GLOBO DE VIDRO P/ ILUMINAÇÃO ESFERA TRNSPARENTE	50	UND	R\$ 152,00	R\$ 7.600,00	AMES



PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA - BA
CNPJ 13.810.833/0001-60

**ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/XXX**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/XXX,
QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA
MUNICIPAL DE RUY BARBOSA- BA E A XXX
(NOME DO CONTRATADO)**

O PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA, com sede no(a) Praça Adalberto Ribeiro Sampaio, 253, Centro, na cidade de Ruy Barbosa, no Estado Bahia, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 13.810.833/0001-60, neste ato representado(a) pelo(a) Prefeito Municipal Luiz Claudio Miranda Pires, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **XXX (nome do contratado)** inscrito(a) no **CNPJ OU CPF** sob o nº **XXX**, sediado(a) na **XXX**, em **XXX**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado por **XXX (nome e função do contratado)** conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº **XXX** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente **do Pregão Eletrônico nº 001/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (ART. 92, I E II DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS DIVERSAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE RUY BARBOSA**, conforme especificações técnicas e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:



- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A proposta do CONTRATADO; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO (ARTS 105 A 107 DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 11 (*meses*), contados do(a) **XXX**, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO (ART. 92, IV E VII DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO (ART. 122 DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

4.1. Não será admitida a subcontratação sem autorização da contratante.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR (ART. 92, V DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ XXX** (*por extenso*).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (ART. 92, V e VI DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE (ART. 92, V DA LEI Nº 14.133, DE 2021)



- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do presente contrato.
- 7.2. Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, o índice **IPCA** (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;



8.1.7.1. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Termo de Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.7.2. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

8.1.8. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **30 (trinta) dias**.

8.1.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

9.1.2. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados (inciso II do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;



9.1.6 O CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.1.6.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.1.6.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.1.6.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.1.6.4. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

9.1.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

9.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.9. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na licitação;

9.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados na alínea d, do inciso II, do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;



9.1.16. Apresentar ficha técnica do produto, ou laudo técnico, ou certificação ou outro documento que venha a ser solicitado pelo CONTRATANTE para comprovação do atendimento às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

9.1.17. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência e demais documentos da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII E XIII DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

10.1. A contratação conta com garantia de execução, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato.

10.2. Caso seja utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a execução do contrato e por **30** dias após o término da vigência contratual, e permanecerá em vigor mesmo que o CONTRATADO não pague o prêmio nas datas convencionadas.

10.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

10.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto ressalvado o disposto no item 10.6 deste contrato.

10.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o CONTRATADO ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.6.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.6.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao CONTRATADO; e

10.6.3. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo CONTRATADO, quando couber.

10.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.6, observada a legislação que rege a matéria.

10.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária (inciso IV do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.737, de 1979).

10.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia



autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

10.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

10.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

10.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o CONTRATADO obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **05** (*cinco*) dias úteis, contados da data em que for notificada.

10.13. O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

10.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que o CONTRATADO cumpriu todas as cláusulas do contrato;

10.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao CONTRATADO.

10.16. O CONTRATADO autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

10.17. Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
(ART. 92, XIV DA LEI Nº 14.133, DE 2021)**



11.1. Comete infração administrativa o licitante que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

11.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato;

11.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. **Advertência**, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§2º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.2, 11.1.3. e 11.1.4 deste Termo de Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§4º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, os casos dos subitens 11.1.5. a 11.1.8, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave (§5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.4. **Multa**:

11.2.4.1. Moratória de **10% (dez por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **30% (trinta por cento)** pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

11.2.4.1.1. O atraso superior a **08 (oito)** dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.4.2. Compensatória de **10% (dez por cento) a 30% (vinte por cento)** sobre o valor total do contrato, para as infrações descritas nos subitens 11.1.5. a 11.1.8.



11.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no subitem 11.1.3, de **10% (dez por cento) a 30% (vinte por cento)** do valor do Contrato.

11.2.4.4. Para infração descrita no subitem 11.1.2, a multa será de **10% (dez por cento) a 30% (vinte por cento)** do valor do Contrato.

11.2.4.5. Para infrações descritas no subitem 11.1.4, a multa será de **10% (dez por cento) a 30% (vinte por cento)** do valor do Contrato.

11.2.4.6. Para a infração descrita no subitem 11.1.1, a multa será de **10% (dez por cento) a 30% (vinte por cento)** do valor do Contrato:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (§9º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021);

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE o CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021);

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **08 (oito)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa do CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.7. Na aplicação das sanções serão considerados (§1º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021):

11.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.7.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.7.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.7.4. Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

11.7.5. Implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021);

11.9. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021);

11.10. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.12. Os débitos do contratado para com a Administração CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:



12.3.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.3.2. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (*caput* do art. 131 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (inciso IV do art. 14 da lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

XXX

XXX

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990, Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES (ART. 124 DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO (ART. 94 DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO (ART. 92, §1º DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ruy Barbosa, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme §1º do art. 92 da Lei nº 14.133, de 2021.

Ruy Barbosa, XX (dia) de XXX (mês) de 2024.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:



- 1-
- 2-

ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2024. (Processo Administrativo nº XXX)

O(A) Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa, com sede no(a) Praça Adalberto Ribeiro Sampaio, na cidade de Ruy Barbosa, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 13.810.833/0001-60, neste ato representado(a) pelo(a) Prefeito Municipal Luiz Claudio Miranda Pires, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 001 /2024, publicada no **XXX** de **XXX** de **XXX XXXX**, processo administrativo n.º **XXX**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS DIVERSAS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE RUY BARBOSA**, especificado (s) no (s) item(ns) do **XXX** Termo de Referência, anexo **XXX** do Edital de Licitação nº 001/2024), que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:



2.2. Planilha de preços proposta pelo fornecedor:

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o A secretaria Municipal de Ruy Barbosa

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.



Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.



5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 0 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 0.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.



5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 0, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos no Edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;



6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro,



nos termos do item 0, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 0, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 0 e no item 0, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos em lei.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.



8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 0, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista §2º do art. 27 do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 0 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos §3º do art. 26 e §4º do art. 27, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES



10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO ao Edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes caso houver.

Ruy Barbosa, XX (dia) de XXX (mês) de 2024

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa
CNPJ: 13.810.833/0001-60

Secretaria Municipal de Educação
CNPJ: 13.810.833/0001-60



PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA - BA
CNPJ 13.810.833/0001-60

Empresa Vencedora

CNPJ: xxxxxxxxxxxx

ANEXO

CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue **relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:**

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social XXX, CNPJ/MF XXX, endereço XXX, contatos XXX, representante XXX</i>)						
	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Unidade	Quantidade máxima	Quantidade Mínima	Valor unitário	Prazo garantia ou validade
XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX

Seguindo a ordem de classificação, segue **relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:**

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social XXX, CNPJ/MF XXX, endereço XXX, contatos XXX, representante XXX</i>)						
	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Unidade	Quantidade máxima	Quantidade Mínima	Valor unitário	Prazo garantia ou validade
XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX



PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA - BA
CNPJ 13.810.833/0001-60